

Bresser diz que "chegou a hora de uma solução inovadora para dívida"

por Anne Charters
do Financial Times

O Brasil manterá sua decisão sobre a moratória enquanto tentará convencer os bancos de que chegou a hora de uma solução inovadora de longo prazo para a crise de dívida, iniciada há cinco anos.

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, disse em entrevista, na quarta-feira, que o Brasil terá uma reunião com os bancos credores internacionais na próxima sexta-feira para negociar uma solução de longo prazo para o problema da dívida que "assegure o crescimento e a estabilidade de preço para o Brasil, sua reintegração aos mercados financeiros internacionais e ofereça uma solução razoável para os bancos".

A entrevista foi concedida depois da breve viagem internacional, durante a qual Bresser Pereira apresentou um plano radical para a conversão de metade da dívida bancária de US\$ 68 bilhões do País em títulos — um plano que foi rapidamente rejeitado pelos credores e especialmente por James Baker, o secretário do Tesouro norte-americano. O ministro da Fazenda concordou com

Baker que o Brasil adotaria uma abordagem mais convencional.

Bresser Pereira declarou que o presidente José Sarney não quis um acordo que tenha de ser reformulado pouco depois de sua finalização. "O Brasil quer inovação", afirmou o ministro, "mas não está interessado em mudar o mundo."

O que separa o Brasil da comunidade financeira internacional não são os "radicais e nacionalistas no Brasil" — que não são tão fortes como sugerem suas declarações — mas a dívida em si e "a abordagem conservadora e sem imaginação aos problemas pelos bancos e seus governos".

O ministro da Fazenda disse que uma solução ao ônus de dívida deve incluir uma taxa fixa de juro segundo a capacidade de pagamento de cada país a longo prazo. Ele acrescentou que, como mais de 50% do déficit público no Brasil se refere a juros pagos sobre a dívida externa do setor público, é "difícil, quase impossível, pôr a nossa casa em ordem".

O Brasil quer melhores condições do que as obtidas pelo México, Argentina e Filipinas. A proposta brasileira incluirá um aspecto convencional e uma alter-

nativa voluntária para converter a dívida em bônus.

Para ressaltar sua tese de que os bancos deveriam considerar seriamente a opção por títulos, Bresser Pereira declarou que o Brasil emitiu bônus no valor de US\$ 6 bilhões na década de 70 cujas obrigações em juros e principal estão sendo cumpridas plenamente e que o País nunca pensou em deixar de cumprir.

Como o Brasil está interessado em finalizar as negociações em breve, não haverá nenhum pagamento simbólico de juro aos bancos, de modo que fiquem "firmemente convencidos de que terão de fazer concessões comparadas às que aceitaram anteriormente", afirmou o ministro.

"Realmente queremos uma solução. Baixar a classificação dos empréstimos bancários os afetaria indevidamente", disse o ministro, referindo-se ao próximo mês em que as autoridades norte-americanas poderão reduzir a classificação dos empréstimos brasileiros para o nível de "value impaired", obrigando-os a lançar novas provisões para prejuízos.

O Brasil não tem planos de obter um empréstimo-ponte que lhe permitiria pagar juros em atraso neste ano. Esse empréstimo, observou Bresser Pereira, é um procedimento contá-

bil convencional em que o país que recebe o crédito acaba pagando mais do que emprestou.

Com relação ao FMI, o ministro disse que, pessoalmente, gostaria de concluir um acordo mas que não deseja nenhum vínculo com o reembolso de fundos bancários. Ele sugeriu que o secretário do Tesouro norte-americano tinha concordado com a idéia de "sem vínculo" e que o acordo com os bancos precederia as conversações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Bresser Pereira disse que, em teoria, o Brasil poderia negociar um acordo com o FMI independentemente das negociações bancárias, e concomitantemente com essas negociações, se estiver convencido de que os créditos bancários não serão condicionados a um acordo com o FMI e se não houver resistência política à idéia no Brasil.

Sobre a economia, ele explicou que o País não precisará de dinheiro novo para financiar o balanço de pagamentos se os pagamentos de juros não forem reiniciados. Apesar do recente sucesso na redução da inflação de 25 para 6% ao mês, o ministro declarou que o atual nível inflacionário ainda é excessivo mas que seriam feitas tentativas para controlar nesse limite antes de tentar reduzi-lo.

Queda de lucro em bancos

Os bancos japoneses que possuem posições de crédito de longo prazo junto ao governo brasileiro deverão registrar algum declínio de lucro, no primeiro semestre do ano fiscal, até 30 de setembro. Isso porque o Brasil, provavelmente, não reiniciará o pagamento de juros aos credores externos.

O valor dos juros que o

Brasil deixou de pagar aos bancos japoneses seria de 60 bilhões de ienes no total, calculados à taxa média anual de 8% sobre os créditos dos bancos japoneses. Isto poderá resultar em uma redução de lucro de 2 bilhões a 6 bilhões de ienes para cada um dos grandes bancos comerciais japoneses. (AP-DJ).